

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.055 - MS (2018/0158075-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : ÁGUAS GUARIROBA S/A
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO DACORSO - MS014777A
TAINARA RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO(S) - MS019033
AGRAVADO : JOÃO BATISTA GONÇALVES
ADVOGADO : TIAGO PEROSA E OUTRO(S) - MS011212

EMENTA

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. NOTIFICAÇÃO IRREGULAR. DANO MORAL. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1.022 E 489, § 1º, IV. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DE LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Águas Guariroba S/A contra decisão que inadmitiu a subida do seu recurso especial pelo teor das Súmulas 7 e 83 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão oriundo da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, assim ementado (fls. 241-255, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA – NOTIFICAÇÃO IRREGULAR – DANO MORAL IN RE IPSA – QUANTUM INDENIZATÓRIO – FIXAÇÃO DENTRO DOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – MAJORAÇÃO VERBA HONORÁRIA RECURSAL – PREQUESTIONAMENTO – RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos aclaratórios, foram rejeitados (fls. 276-284, e-STJ).

O agravante em suas razões alega, inicialmente, violação dos arts. 1.022 e 489, § 1º, IV, do CPC/2015, argumentando que o Tribunal *a quo*, ao rejeitar os embargos declaratórios, sem se manifestar expressamente sobre a aplicação dos dispositivos indicados, deve ser declarado nulo por omissão.

No mérito, o recorrente alega violação dos arts, 1º, 2º, 3º, 6º e 29 da Lei n. 8.987/1995, 9º, 21, 22, 23 e 40 da Lei n. 11.445/2007; 186, 407 e 927, do Código Civil e 4º, da Lei n. 8.177/1991. Para tanto sustenta, em síntese, que (i) a aplicação, pelo Tribunal *a quo*, de regramento estadual (Lei Estadual n. 2.042/99), acerca dos requisitos para suspensão do serviço de abastecimento de água, ofende os artigos 1º, 2º, 3º e 29, da Lei n. 8.987/1995 e aos artigos 9º, 21, 22 e 23 da Lei n. 11.445/2007, que dispõem que o que rege a relação da concessionária recorrente e seus usuários é a regulamentação provida do Município de Campo Grande; (ii) ao exigir a observância a regramento estadual, o acórdão recorrido violou, ainda, os artigos 6º, da Lei n. 8.987/95 e 40, da Lei

n. 11.445/2007; (iii) ao condenar a concessionária recorrente a indenizar por supostos danos morais à parte adversa, o acórdão recorrido fixou em favor da parte adversa indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00, cujo termo inicial de incidência dos juros de mora será a data da citação; e (iv) ao estabelecer o índice IGPM/FGV, para atualização monetária do valor indenizatório, o acórdão ofendeu o artigo 4º, da Lei n. 8.177/91, que estabelece o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como oficial.

Ao final, requer o provimento do recurso, a fim de "afastar a indenização por danos morais fixada em favor da parte adversa, uma vez que a suspensão do abastecimento de água ocorreu em conformidade com a legislação própria; ou caso mantida a indenização, modificar o termo inicial dos juros de mora e o índice de atualização monetária" (fls. 309, e-STJ).

Contrarrazões oferecidas às fls. 322-330, e-STJ.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC de 2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Acerca da alegada violação do artigo 489, § 1º, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015, também não merece ser acolhida, porquanto o Tribunal de origem apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses dos recorrentes.

No mais, conforme entendimento pacífico desta Corte: "O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida". (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016). No mesmo sentido, também: REsp 1665273/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/06/2017.

Acerca do mérito, o acórdão recorrido rejeitou os argumentos do agravante aos seguintes fundamentos, razão pela qual transcrevo naquilo que interessa ao ponto (fls. 244-252, e-STJ):

[...]

Nas razões recursais, alega que o consumidor inadimplente deve receber prévia notificação pessoal ou postal com aviso de recebimento, dando-lhe ciência da eventual suspensão de fornecimento de água.

Sustenta que é nítido o descaso, a má prestação do serviço pela requerida, haja vista que a notificação é essencial para que seja válida a interrupção de qualquer serviço público essencial.

Reverbera que a interrupção indevida do serviço de abastecimento de água, serviço público essencial para que qualquer pessoa viva de modo digno, gera ofensa à honra subjetiva do lesado, configurando o dano moral puro.

Defende que não basta a simples menção na fatura de que existe conta em

atraso para fins de justificar o corte no fornecimento de água.

[...]

De início, cumpre ressaltar que a questão posta em julgamento será examinada sob o prisma das normas do Código de Defesa do Consumidor, à luz do que dispõe os arts. 2º e 3º 1, uma vez que o autor é consumidor e a concessionária ré prestadora de serviços.

Por este viés, a responsabilidade civil da concessionária deve ser analisada sob a ótica objetiva, conforme disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, in verbis: (...)

[...]

Para que o prestador de serviço afaste tal responsabilização, necessária se faz a prova da ruptura do nexo de causalidade, conforme dispõe o § 3º do supracitado artigo, e isso ocorre apenas quando comprovada a inexistência do defeito ou quando houver culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

[...]

In casu, é incontroverso que a concessionária ré realizou o corte no fornecimento de água no mês de janeiro de 2016 em razão do inadimplemento referente aos meses de setembro de 2015. Conforme já se pronunciou o STJ, para se considerar lícita a interrupção do fornecimento de água, ante a inadimplência do consumidor, é necessária a prévia notificação.

[...]

Embora a requerida tenha afirmado que cumpriu mencionado requisito, - prévia notificação -, não trouxe nenhum elemento apto a confirmar tal alegação. Aduziu somente que referido comunicado foi feito na fatura de f.18.

Sobre esse tema, o artigo 1º da Lei Estadual nº 2042/1999 estabelece que a interrupção do serviço de água somente é legítima quando precedida de notificação do usuário, pelo menos 10 (dez) dias, ao ato do corte, de forma pessoal ou por via postal com aviso de recebimento.

[...]

Assim, é evidente que o comportamento da concessionária ré revelou-se danoso, haja vista que procedeu a suspensão do fornecimento da água sem prévia notificação regular.

[...]

Desta feita, é de se ter que a concessionária ré suspendeu de forma indevida o fornecimento de água, falhando na prestação dos serviços, fato que sem dúvida configura dano moral, porquanto submete o usuário a vexame e humilhação no âmbito pessoal, como também perante terceiros, notadamente porque os vizinhos presenciam a situação, formando juízo negativo acerca daquele morador.

Em sendo a responsabilidade da concessionária objetiva, prescinde-se a análise do elemento culpa, bastando apenas a comprovação da ação ou omissão, dano e nexo de causalidade, elementos flagrantemente demonstrados nos autos.

No que tange ao quantum indenizatório, é cediço que o dano moral deve ficar ao prudente arbítrio do julgador, de forma a compensar o dano, levando em conta as condições financeiras das partes, devendo estar compatível com o dano suportado pelo ofendido.

[...]

A quantia fixada a título de dano moral tem por objetivo proporcionar à vítima um lenitivo, confortando-a pelo constrangimento moral a que foi submetida e de outro lado serve como fator de punição para que o causador do dano reanalise sua forma de atuação, evitando a reiteração de atos

análogos.

Não obstante essas considerações, não se pode olvidar também que o quantum a ser fixado não deve ser tão alto a ponto de proporcionar o enriquecimento ilícito do ofendido nem tão baixo a ponto de não ser sentido no patrimônio do ofensor, tampouco servir como fator de punição.

Assim, levando-se em consideração a situação fática apresentada nos autos, a condição socioeconômica das partes e os prejuízos suportados pelo ofendido, mostra-se razoável e adequado a fixação dos danos morais no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por se mostrar condizente com a extensão do dano e apto a servir de punição para a concessionária requerida, evitando a reiteração de atos análogos.

[...]

Ante o exposto, conheço do recurso, e dou-lhe provimento para reformar a sentença e julgar parcialmente procedente o pedido inicial, para condenar a concessionária requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de correção monetária pelo IGPM/FGV desde a prolação do acórdão, e juros de mora de 1% ao mês, contados desde a citação, nos termos do artigo 240 do CPC.

Como se denota, da análise do voto condutor do acórdão, os arts. 1º, 2º, 3º, 6º e 29 da Lei n. 8.987/1995, 9º, 21, 22, 23 e 40 da Lei n. 11.445/2007; 186, 407 e 927, do Código Civil e 4º, da Lei n. 8.177/1991 e as matérias a eles vinculadas não foram objeto de debate e deliberação pela Corte local, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, o que redundaria em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se ao caso a orientação firmada na Súmula 211/STJ.

Nesse sentido, nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte Superior, para que se tenha por prequestionada determinada matéria, é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais ao decidir por sua aplicação ou seu afastamento em relação a cada caso concreto, o que não se deu na espécie.

A propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OMISSÃO. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 128 E 460 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. RE 597.064/RJ. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 345/STF. ART. 32 DA LEI 9.656/98. CONSTITUCIONALIDADE DO RESSARCIMENTO DE SERVIÇOS CUSTEADOS PELO SUS QUANDO UTILIZADOS POR BENEFICIÁRIOS DE COBERTURA DA REDE PRIVADA. OBSERVAÇÃO DA COBERTURA CONTRATUAL ENTRE OS CIDADÃOS-USUÁRIOS E AS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

III - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia

pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ (grifei).

[...]

XII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1740956/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/02/2019)

Ademais, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pela instância ordinária e trazida nas razões recursais, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, qual seja, a Lei Estadual 2.042/1999 (fl. 246), o que impede o conhecimento do recurso especial nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Por outro lado, o Tribunal local, após análise do conjunto fático-probatório, apontou diversas irregularidades, entre elas a interrupção indevida do serviço de abastecimento de água, sem a adequada notificação do consumidor, o que gerou ofensa à honra subjetiva do lesado, configurando o dano moral puro.

Assim, tem-se, que alterar os fundamentos da decisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide a Súmula 7/STJ.

No mais, em relação à aplicação do índice IGP-M/FGV, como índice de atualização monetária do valor indenizatório arbitrado, não se verifica qualquer abusividade ou ilegalidade na sua utilização pelo Tribunal de origem, porquanto em conformidade com a jurisprudência firmada por esta Corte Superior. Aplica-se a Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, **conheço do agravo para negar provimento** ao recurso especial.

Por fim, tendo o acórdão recorrido sido publicado já na vigência do novo diploma processual, majoro em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios já arbitrados em favor da parte agravada, nos moldes do previsto pelo artigo 85, § 11, do atual Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator